



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

ATA Nº 6/2014

----- Aos vinte e oito dias do mês de março do ano dois mil e catorze, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Rio Maior, realizou-se uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Rio Maior, sob a presidência de Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Morais, estando presentes os Vereadores, Carlos Fernando Frazão Correia, João António Lopes Cadoso, Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo, Carlos Alberto Nazaré Almeida, Daniel Alexandre Pulquério Pinto e Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo. -----

----- Pelas dez horas e dez minutos, verificando-se a existência de quórum, a Presidente da Câmara deu início aos trabalhos da presente sessão. -----

----- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- APROVAÇÃO DE ATAS -----

----- Foram colocadas a discussão e votação as atas n.º 4/2014 e n.º 5/2014 referentes às reuniões ordinárias de 28 de fevereiro e 14 de março, respetivamente. ---

----- Aprovada a ata n.º 4/2014 por unanimidade dos presentes. -----

----- Aprovada a ata n.º 5/2014 por unanimidade dos presentes. -----

----- DISPONIBILIDADES DE TESOURARIA -----

----- A Câmara tomou conhecimento que as disponibilidades de tesouraria relativas ao dia anterior eram as seguintes: -----

----- Operações Orçamentais: cento e oitenta e nove mil, cento e oitenta e um euros e quinze cêntimos. -----

----- Operações não Orçamentais: cento e sessenta e nove mil, setecentos e dez euros e trinta e oito cêntimos. -----

----- ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO -----

----- ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS -----

----- **MOÇÃO APROVADA NA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA– EM DEFESA DO INTERESSE PÚBLICO E DO SETOR PÚBLICO DOS RESÍDUOS URBANOS: REPRIVATIZAÇÃO DA EGF E PRIVATIZAÇÃO DA VALORSUL** -----

----- **COMUNICAÇÃO DA AMO MAIS A DAR CONHECIMENTO DO OFÍCIO ENVIADO PELO MINISTÉRIO DO AMBIENTE, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E ENERGIA SOBRE AS**

REFORMAS LEGISLATIVAS E REGULATÓRIAS DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS -----

----- **COMUNICADO DA ANMP SOBRE O DECRETO-LEI N.º 45/2014, DE 20 DE MARÇO, RELATIVO AO SISTEMA DE GESTÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS E AUTONOMIZAÇÃO DESTE SECTOR NO SEIO DO GRUPO ÁGUAS DE PORTUGAL** -----

----- **ERSAR – DEVERES DE INFORMAÇÃO AOS UTILIZADORES PELAS ENTIDADES GESTORAS DOS SERVIÇOS DE ÁGUAS E RESÍDUOS** -----

----- **DADOS DA UNIVERSIDADE SÉNIOR DE RIO MAIOR** -----

----- **APRECIACÃO PARLAMENTAR DO PCP AO DL N.º 45/2014, DE 20 DE MARÇO – APROVA O PROCESSO DE REPRIVATIZAÇÃO DA EGF** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou os assuntos para conhecimento de acordo com a documentação e prestou uma breve explicação sobre os mesmos. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Sobre os assuntos para conhecimento notou, com preocupação, o facto de serem, na sua maioria, acerca da tentativa do Governo privatizar o setor estratégico dos resíduos sólidos e considerou que esta mais não é do que preparar também a privatização do setor das águas. Nessa perspectiva evidenciou que os documentos, quer da Moção da Câmara de Vila Franca de Xira, quer da forma capciosa como o preâmbulo do decreto-lei diz ter havido uma articulação com a Associação Nacional de Municípios desmentida pela própria, e ainda a preocupação profunda que alguns partidos políticos têm, nomeadamente o PCP, levou ao pedido de apreciação do decreto-lei. Disse ainda que considera o executivo deve ser pró-activo numa perspectiva de pressionar os poderes instituídos porque, de outra forma, a consequência será a mesma de sempre sendo os consumidores a pagar sem se retirar nenhuma melhoria dos serviços públicos com a sua privatização. Acrescentou ainda que o trabalho feito pelas autarquias nesta área nos últimos vinte anos é absolutamente notável seja na qualidade da água seja nos resíduos sólidos e solicitou à Câmara Municipal e à maioria uma atitude pró-activa face a este tema tão importante, salientando ainda que os países desenvolvidos não privatizaram este setor e que aqueles que o fizeram resultaram em casos como o de Itália. -----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Questionou quando é que o equipamento que pediu para o gabinete estaria disponível. -----

----- Dada a importância das Tasquinhas, informou que o deputado do Parlamento

Europeu João Ferreira, também candidato às próximas eleições, e o Vice-Presidente da Assembleia da República, António Filipe, irão fazer uma visita ao certame integrando a delegação da Coligação Democrática Unitária. -----

----- Por fim questionou se a Câmara Municipal foi informada de mais alguns desenvolvimentos relativamente às questões da saúde. -----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Iniciou por se referir à não eleição da Presidente da Câmara para presidente da distrital do Partido Social Democrático e solidarizou-se na sua derrota no sentido em que a mesma foi má para Rio Maior porque entende que, a todos os níveis, o facto de os líderes do concelho ocuparem cargos de gestão, decisão e liderança só poderá ser bom para Rio Maior e que em face disso esta derrota não constitua também uma derrota para Rio Maior esperando que a Presidente continue a defender os interesses do concelho da mesma forma. -----

----- Referindo-se à Feira das Tasquinhas disse que este é provavelmente o evento mais importante no município e que tem alavancado nos últimos trinta anos o movimento associativo e disse esperar que este evento possa ser melhor ainda que os anteriores, gerando receita e ampliando ainda mais a capacidade de ação das associações e movimentos culturais e salientou, positivamente, o facto de este ano um canal de televisão generalista fazer uma transmissão durante seis horas, em direto, durante a qual muita informação sobre o concelho será divulgada. Acrescentou que, no entanto, a feira ainda não conseguiu transformar-se numa enorme montra da força económica do setor agro-alimentar do concelho e ainda não se conseguiu transmitir essa força e dinâmica tão relevante no Município. Considerou assim que se deverá investir de uma forma concertada e integrada na valorização das empresas instaladas no município e que atuam no setor em causa para que as pessoas percebam a dimensão e importância das mesmas. -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Manifestou desde logo a solidariedade pela não reeleição como presidente da distrital do Partido Social Democrata e afirmou que tem uma opinião distinta daquela que foi transmitida pelo Vereador Daniel Alexandre Pulquério Pinto porque acredita que esta derrota pode beneficiar Rio Maior porque dará à Presidente da Câmara uma maior disponibilidade e liberdade para liderar os destinos do concelho. -----

----- Congratulou-se com os trabalhos a decorrer relativamente aos alcatroamentos,

concretamente ao trabalho feito nas Bairradas e disse ainda que se na última reunião alertou para que os serviços técnicos acompanhassem mais este tipo de obras para garantir a sua boa execução e durabilidade, fez agora notar que estes trabalhos foram bem acompanhados tecnicamente. Afirmou ainda que, em seu entender, falta apenas a execução de algumas bermas em sítios que o justificam embora reconheça que os recursos financeiros são escassos e que nesse sentido poder-se-ia envolver a Junta de Freguesia de Rio Maior e a própria população, garantindo que este investimento dure por muitos anos e seja preservado da melhor forma. -----

----- Por fim, referindo-se ao tema da privatização do setor dos resíduos sólidos e das águas considera que a Câmara deve seguir a orientação geral da Associação Nacional de Municípios Portugueses porque, e em especial neste caso concreto, posições isoladas não frutificam e aconselhou que a Câmara Municipal de Rio Maior conjuntamente com as outras câmaras que integram a Valorsul e a Águas do Oeste, tomem posições conjuntas em defesa do interesse público, em defesa do interesse das populações e em defesa do poder autárquico. Salientou ainda que é este último que melhor conhece esta realidade e reportando-se ao que disse antes, considera que a Presidente está, neste momento, muito mais liberta para este se envolver neste dossier, com o apoio da Câmara, no sentido de atingir o propósito da defesa das populações. Acrescentou ainda que, em seu entender, a privatização não trará qualquer vantagem para os munícipes e que se perderá uma área de gestão extremamente importante para os municípios que a compreendem melhor que ninguém dado a proximidade às populações. -----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Começou por se referir ao certame que tem início nesta data, a vigésima nona edição das Tasquinhas, e relevou o facto de estas serem consideradas de interesse para o turismo pelo Turismo de Portugal e também um evento de dimensão nacional o que se comprova com a grande procura de stands seja para atividades económicas, para doçaria ou artesanato, revelando que se houvesse o dobro do espaço este estaria, também ele, completo. Realçou o entusiasmo, a dedicação e o empenho de todos aqueles que se envolveram na preparação, das associações e de mais de mil e quinhentas pessoas, maioritariamente voluntários, e considerou que esta é a prova que o concelho está vivo e futuro. Informou que existem algumas novidades nesta edição como o 1º Trail urbano, já com cerca de 400 inscrições, a 23ª edição do Prémio Internacional de Marcha Atlética, prova que vai trazer pessoas de todo o mundo, e ainda a transmissão de seis horas na SIC, em direto, para divulgação e promoção do

concelho. Fez ainda referência que nesta edição, pela primeira vez, foram vendidos bilhetes on line. -----

----- Em relação ao que foi dito pelo Vereador Daniel Alexandre Pulquério Pinto em relação a um cluster agro-alimentar que Rio Maior, disse que por vezes é preciso conciliar os interesses do concelho e dos particulares e que talvez esta feira não seja aquela que tem o público-alvo dessas empresas e talvez uma feira mais profissional, ou enquadrado na Frimor, seja mais adequado. Referiu também que uma feira mais virada para as atividades económicas tem sempre com o problema de espaço que tem condicionado as feiras e os eventos que ocorrem em Rio Maior, visto o pavilhão multiusos se encontrar num local de espaço condicionado e completamente urbanizado, não deixando grande margem para certames com essa dimensão. Apesar disso afirmou que com algum engenho e criatividade tudo se consegue e que em breve se estará preparar a Frimor 2014 e, nesse contexto, se irá equacionar essa hipótese que considera uma ideia interessante e que vem já a ser pensada desde há algum tempo. -----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Agradeceu a referência às obras em execução e evidenciou que não foram apenas nas Bairradas mas em toda aquela zona e por todo o concelho e que aquela obra, como muitas das outras, ainda não se encontra concluída faltando as bermas e as pinturas. Quanto à Estrada Nacional 1 disse ser do conhecimento público a existência de dois abatimentos profundos, um em Alto da Serra estando o projeto já adjudicado, e outro em Asseiceira que se encontra em fase de adjudicação para colocação de gabiões. Afirmou que tem havido da parte dos técnicos da câmara e da fiscalização, em face da quantidade de obras em execução e a sua calendarização, todo o empenho e dedicação para garantir a qualidade das obras e considerou que esta tem vindo a melhorar também muito por força da concorrência que agora se verifica no setor. -----

----- Acerca do Turismo voltou a referir o êxito que foi a participação na Bolsa de Turismo de Lisboa e evidenciou a realização do 1º Encontro Internacional de Templários nas Salinas no mês de junho que será também divulgado na transmissão que a SIC fará durante as Tasquinhas. Saliu o trabalho profundo que se tem vindo a desenvolver nesta área por associações, coletividades, câmara e muitos outros intervenientes, o se pode verificar pelo aumento, em quantidade e qualidade, de turistas que se têm deslocado a Rio Maior. -----

----- Sobre as Tasquinhas realçou os novos e diferentes eventos que enriquecem todo o certame e fez votos que tudo corra o melhor possível porque é bom para o concelho

e para todos aqueles que, estando lá presentes, tentam recolher fundos para obras que são necessárias fazer nas suas associações, coletividades, etc. -----

----- Para terminar voltou a fazer menção ao facto de as palmeiras na Rua Almirante Cândido dos Reis terem já levado dois tratamentos por causa da praga do escaravelho e que, mesmo aplicando estes nove tratamentos ao todo, não há garantia nenhuma de que estas sobrevivam já que estão as três bastante afetadas. Reforçou que tudo está a ser feito para que as mesmas sejam salvas e voltou a frisar que esta condição não se deve a incúria da câmara ou da empresa que trata dos espaços verdes. -----

----- Relativamente às eleições da distrital do PSD e à derrota sofrida pela Presidente da Câmara disse que, em seu entender, não se trata de uma derrota pessoal e que para o concelho é indiferente, já que sempre exerceu ambas as funções com o mesmo empenho e dedicação total. Disse ainda que por outro lado a Presidente ficará de alguma forma mais liberta para defender posições junto do poder central. Considerou ainda que esta não foi uma derrota da Isaura Morais e sim uma derrota dos autarcas contra os deputados e elementos dos aparelhos partidários. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Iniciou por dizer que sempre tratou as questões da distrital na distrital e as da autarquia na Câmara ou na Assembleia Municipal. Relatou um pouco daquilo que foi o caminho percorrido durante os últimos dois anos como presidente da distrital, das dificuldades e das contingências no exercício das suas funções partidárias. Contou ainda que decidiu recandidatar-se àquela posição para dar continuidade ao seu trabalho e por incentivo de muitos e que após uma votação livre a vitória pertenceu a outra lista que não a sua. Salientou que que esta experiência lhe permitiu um conhecimento aprofundado de todo o distrito e um crescimento político importante. -----

----- De seguida informou que irá averiguar qual o ponto de situação em relação ao equipamento em falta para o gabinete dos vereadores da oposição para depois poder dar uma resposta. -----

----- Relativamente à saúde disse que houve mais algumas evoluções, nomeadamente no que se refere à maior extensão do nosso concelho mas que se reservava a informação até poder anunciar que as coisas estavam mesmo a funcionar. -----

----- Em relação à referência ao cluster agro-alimentar no concelho disse que na verdade tudo está presente nas Tasquinhas através do vinho, do pão, dos enchidos, dos doces e que admite que poderá ser feita uma maior divulgação e afirmação para que quem nos visite saiba que se trata de produtos do concelho reconhecendo a força económica e produtiva destas empresas. -----

----- Acerca da privatização da EGF disse tratar-se de uma questão muito importante

e que concorda com a posição transmitida pela Vereador Carlos Alberto Nazaré Almeida de que as posições isoladas atualmente têm um peso menor e por isso mesmo tem sido recorrente a decisão da CIMLT em tomar posições conjuntas como é exemplo a posição acerca do novo mapa judiciário publicado recentemente e que entrará em vigor no início de setembro. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **PONTO I - DESPACHOS AO ABRIGO DO DISPOSTO NO N.º 3 DO ARTIGO 35º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO** -----

----- **DESPACHO N.º 11/2014, DE 17 DE MARÇO** -----

----- A Presidente da Câmara deu conhecimento do despacho emitido, para ratificação pela Câmara Municipal, e informou que a proposta de deliberação é ratificar o despacho n.º 11/2014, exarado pela Presidente da Câmara, no dia 17 de março do corrente ano, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, pelo qual se determinou a emissão de parecer prévio vinculativo nos termos do n.º 4 conjugado com o n.º 11 do artigo 73º da LOE 2014 para celebração do contrato de aquisição de serviços na área dos seguros. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **DESPACHO N.º 14/2014, DE 20 DE MARÇO** -----

----- A Presidente da Câmara deu conhecimento do despacho emitido, para ratificação pela Câmara Municipal, e informou que a proposta de deliberação é ratificar o despacho n.º 14/2014, exarado pelo Vice-Presidente da Câmara, no dia 20 de março do corrente ano, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, pelo qual se determinou certificar que os prédios rústicos inscritos na matriz 131 e 132 da secção BP se encontram separados por estrada pública. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO II – AUXÍLIOS ECONÓMICOS 1º CICLO – ANO LETIVO 2013/2014**-----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é autorizar a despesa no valor de 206,27 euros a transferir para o Agrupamento de Escolas Fernando Casimiro Pereira da Silva. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO III - ALZHEIMER PORTUGAL – ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE FAMILIARES E AMIGOS DE DOENTES DE ALZHEIMER – PROTOCOLO DE PARCERIA** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é aprovar os termos do protocolo de parceria em apreço. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO IV - EXERCÍCIO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA – ARTIGO MATRICIAL 226 DA SECÇÃO DJ DA FREGUESIA DE RIO MAIOR** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é não exercer o direito de preferência na venda do prédio rústico, artigo matricial 226 da secção DJ da Freguesia de Rio Maior. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO V - LUGARES NO MERCADO DIÁRIO – HASTA PÚBLICA** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é aprovar o programa de concurso, o edital e a constituição da comissão de análise de propostas, referentes ao procedimento em hasta pública para concessão dos espaços comerciais do mercado municipal da cidade de Rio Maior e autorizar a abertura do referido procedimento. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO VI – RECONHECIMENTO E CERTIFICAÇÃO DO ALVARÁ ADMINISTRATIVO EMITIDO EM 9 DE DEZEMBRO DE 1946 SOBRE PRÉDIO INSCRITO A FAVOR DO MUNICÍPIO DE RIO MAIOR CONCEDIDO A ALBERTINO NOGUEIRA SANTO E OUTROS** -----

----- O ponto foi retirado da ordem de trabalhos. -----

----- **PONTO VII – CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – PARECER PRÉVIO – ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2014** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é: -----

----- Ratificar os contratos de prestação de serviços celebrados ou renovados entre 1 de janeiro e 28 de fevereiro de 2014, validando a sua celebração ou renovação, com o pressuposto de que foram cumpridas as exigências resultantes do n.º4 do artigo 35º da Lei n.º 12- A/2008, de 27 de fevereiro na sua redação atual, que os contratos foram sujeitos a cabimento prévio e que foram ou serão aplicadas as regras do artigo 73º da LOE2014, que mantém as reduções remuneratórias dos contratos, quando aplicável; --

----- Emitir parecer prévio favorável genérico e vinculativo à celebração de contratos de prestação de serviços que estando sujeitos a parecer prévio, nos termos legais obedeçam a um dos seguintes requisitos: a) a adjudicação ocorrer nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 20º ou artigo 128º do CCP; b) a adjudicação se destine à execução de atividades ou investimentos com co-financiamento do QREN, através de qualquer dos seus programas operacionais e já tenham sido objeto de deliberação anterior da Câmara Municipal; -----

----- Determinar que a celebração de contratos ao abrigo do parecer genérico definido no número anterior deva cumprir com os seguintes pressupostos: a) não se tratar de trabalho subordinado e estar demonstrada a inconveniência do recurso a modalidade de relação jurídica de emprego público constituída ou a constituir; b) não existir pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa (a partir do momento em que for publicada a portaria mencionada no n.º 2 do artigo 33º A da Lei n.º 53/2006, de 7 de dezembro; c) existir confirmação de cabimento orçamental; d) estar expressamente fundamentada a escolha do procedimento de formação de contrato; e) demonstração do cumprimento e aplicação da redução remuneratória prevista no artigo 33º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, juntando elementos e cálculos relevantes, face ao contrato em renovação ou anteriormente celebrado, quando aplicável; -----

----- Determinar que seja agendada, até final do mês seguinte àquele em que foram adjudicados, para conhecimento do executivo municipal, relação de todos os contratos celebrados após a adjudicação enquadrada ao abrigo do agora autorizado genericamente nos números anteriores. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Referiu que assistimos hoje à transformação, pelo poder central, do poder local num instrumento administrativo levando a que no futuro deixa de haver a figura de autarca e passe a haver a figura do funcionário autárquico sem a vontade, a autonomia, a capacidade criadora e a inovação dos autarcas. Afirmou que este é um

ato de inteligência dos serviços da Câmara prevendo desde já o que ainda nem saiu, ou seja, a portaria prevista no n.º1 do artigo 6º, mas que aquilo que fica claro é a incapacidade deste Governo lidar com o poder local e com o voto dos portugueses. ----

----- Indicou o sentido de voto como favorável salvaguardando, no entanto, que este não é o poder local que está na constituição do 25 de abril e que está presente na lei da autonomia do poder local e que terão que ser encontradas as sinergias necessárias com a Associação Nacional de Municípios Portugueses e com a Associação Nacional de Freguesias, em posições concertadas, para fazer face a quem tão mal vive com a democracia do 25 de abril. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO VIII – DESAFECTAÇÃO DE PARCELAS DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL PARA O DOMÍNIO PRIVADO DA CÂMARA** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é concordar com os termos propostos para a desafecção do domínio público para o domínio privado do Município das parcelas de arruamento público designadas por: **Parcela A**, sita na Zona Industrial, Freguesia de Rio Maior, com a área de 4888 m2, com as seguintes confrontações: Norte: arruamento público, lotes 388 e 394 e parcela B; Sul: arruamento público e lotes 133 e 142; Nascente: lotes 153, 154, 155, 156, 157 e 158; Poente: arruamento público, lote 394 e parcela B; **Parcela B**, sita na Zona Industrial, Freguesia de Rio Maior, com a área de 412 m2, com as seguintes confrontações: Norte: arruamento público; Sul: lote 394 e parcela A; Nascente: lotes 388 e 394 e parcela A; Poente: arruamento público, e conceder, para os efeitos previstos nos n.º 2 e 3 do artigo 53º do Código do Procedimento Administrativo, o prazo de 15 dias úteis, contados a partir da data da publicação do edital, para apresentação de quaisquer reclamações e ou sugestões por parte de eventuais interessados. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Interveio para dizer que a Zona Industrial é uma mais-valia que exige uma requalificação pela sua importância, por se encontrar junto ao Parque de Negócios e pelos empresários que lá se encontram instalados e importa valorizar. Considerou que há que redefinir a sua ocupação e ponderar a criação de um parque TIR em Rio Maior, naquela zona, para potenciar a centralidade geoestratégica e as acessibilidades existentes. Concluiu dizendo que a PANPOR é uma grande empresa que escolheu Rio Maior para investir forte e que deve ter todo o apoio possível, em particular do executivo, e questionou acerca do que está pensado relativamente à requalificação e

regeneração da Zona Industrial. -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Reportando-se ao assunto em causa disse perceber a importância da PANPOR e a força económica que tem, nomeadamente pelos postos de trabalho e pela sua produção, que a torna, ponto de vista social, uma empresa que muito contribui para o desenvolvimento do concelho de Rio Maior. No entanto, considerou que outra questão é o assunto em causa, a solução apresentada. Admitiu que a empresa precisa de crescer, de aumentar a produção, de criar mais emprego e que o espaço é escasso e, em face dessa situação, se procurou encontrar uma solução que irá a discussão pública mas que não tem a certeza se a mesma não fere o regulamento da zona industrial. Referiu que o que se pretende é passar uma área de espaço de domínio público para o domínio privado do município e posteriormente vender para anexar aos lotes aumentando a sua área e o polígono de implantação possibilitando a instalação da fábrica, o que, em seu entender, seria perfeito mas que não está seguro que do ponto de vista do ordenamento e do próprio regulamento da zona industrial seja possível. Embora alertando para esta questão disse também que aos autarcas, como políticos, é função encontrar soluções e que aquilo que espera é que os serviços jurídicos e os de ordenamento estudem em pormenor a situação para que esta proposta seja efetivamente uma solução. -----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Considerou pertinentes as preocupações expostas mas informou que a proposta tem o necessário conforto jurídico e urbanístico. Acrescentou ainda que para além desta situação eram para ser presentes para discussão e deliberação mas que sendo esta uma situação específica, pontual e urgente agilizou-se a presente proposta. Saliu que a PANPOR está a fazer um investimento de quatro milhões de euros e necessita de se expandir para que possa implementar rapidamente todo o processo de produção e que após reuniões com a notária esta surgiu como a solução menos penalizante para a autarquia, pelo valor de cada registo, e a mais célere para resolução da situação da PANPOR que, devido à sua grandeza e àquilo que tem feito pelo concelho de Rio Maior, designadamente na produção de riqueza e na criação de emprego merece toda a atenção e todo o empenho legal por parte do executivo na tentativa de regularizar esta situação. Disse ainda que existem outras situações na Zona Industrial que serão atendidas e presentes à Câmara e à Assembleia Municipal e ainda outras alterações que apenas terão que ser presentes à Câmara Municipal. -----

----- No que se refere à requalificação disse que ser evidente que já vários executivos ansiaram e perspectivaram uma requalificação da Zona Industrial, mas que os

recursos financeiros necessários são cerca de um milhão e trezentos mil euros admitindo que a câmara municipal de Rio Maior sem fundos comunitários não tem possibilidade de a executar. Deu conhecimento que foram feitos alguns trabalhos de manutenção e que todos estão atentos ao aparecimento de uma candidatura que possa possibilitar essa requalificação. -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Referiu que segundo informação que lhe foi prestada o assunto nem seria presente à Câmara se não tivesse devidamente verificado juridicamente e voltou a reforçar a ideia de que o que se pretende é a judicialização do poder autárquico emperrando a sua autonomia e que os executivos sejam verdadeiros funcionários autárquicos. Dizendo que poderão existir outro tipo de problemas na discussão pública um deles não é certamente a defesa do suporte legal, já que o mesmo foi garantido pelo proponente e pelos serviços técnicos em quem, enquanto autarca, tem que confiar plenamente ou de outra forma votava sempre contra. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO IX – CERTIDÃO DE DESTAQUE DE PARCELA SITA EM ABUM, FREGUESIA DE RIO MAIOR EM NOME DE LUÍS JOSÉ MARCELINO HENRIQUES** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é que nada obsta à efetivação do destaque de parcela, por se encontrarem cumpridos os requisitos previstos no n.º 4 do artigo 6º do Decreto-lei n.º 555/99, de 16 de dezembro alterado e republicado pela Lei n.º 26/2010, de 30 de março. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO X – CONSTRUÇÃO DA CRECHE DA CHAINÇA – PROCESSO DE LIBERAÇÃO DE CAUÇÃO AO ABRIGO DO DECRETO-LEI N.º 190/2012, DE 22 DE AGOSTO** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é aprovar a liberação parcial da caução (15%), no valor total de 5 080,27 euros. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Questionou se até há data não foi encontrado nenhum defeito na obra e se está assegurado o restante como garantia. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Confirmou que não foi detectado nenhum defeito na obra e que o remanescente

da garantia assegura isso mesmo. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO XI – PROPOSTA DE ADAPTAÇÃO DO REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE JUVENTUDE DE RIO MAIOR** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é submeter à Assembleia Municipal a aprovação da proposta de adaptação do regulamento do Conselho Municipal de Juventude de Rio Maior. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Disse que a Câmara Municipal tem aprovado um regulamento do Conselho Municipal de Juventude desde 2010 com base na Lei n.º 8/2009 e que em 2012 foi publicada a Lei n.º 6/2012 que veio alterar os termos do mesmo e que aquilo que agora se pretende é conformar o mesmo com os termos da nova legislação. -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Lembrou que houve grande dificuldade em fazer funcionar o Conselho Municipal da Juventude que com a alteração da lei deixou de ter condições de funcionar por falta de adequação. Relevou positivamente a dita adequação mas salientou que a juventude no nosso concelho não tem hábitos de participação democrática e que mais uma vez, baseado num parecer jurídico, se dispensa a discussão pública e se diferencia a discussão pública da publicitação levando a uma implícita imposição do Governo da sua lei, levando novamente à dispensa da discussão pública assente na urgência da decisão. Recomendou veementemente que tudo o que envolva juventude e participação cidadã seja colocado à discussão para que as pessoas sintam que contam na decisão e participem e que seria muito importante que as próximas decisões sobre regulamentos, mesmo que represente uma demora na decisão, possam ter uma vertente pedagógica de envolvimento. -----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Disse ter assumido perante a Assembleia Municipal que tudo iria fazer para que o Conselho Municipal da Juventude funcionasse e que tudo está a ser feito para que todas as associações juvenis do concelho participem e façam parte da organização no sentido de as envolver no processo. Considerou que faz todo o sentido que este concelho seja convocado após a aprovação do regulamento por aquele órgão, na sessão de abril, e deu conhecimento que foram já iniciados os procedimentos para a constituição do mesmo para que o mesmo entre em funções imediatamente após essa aprovação. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO XII – REGULAMENTO ESPECÍFICO: EQUIPAMENTOS PARA COESÃO LOCAL – AVISO DE ABERTURA DE CONCURSO N.º ALENT-35-2014-05 – CANDIDATURAS EM REGIME DE OVERBOOKING – APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados dizendo que esta candidatura vem na sequência da operação limpeza do quadro comunitário 2007/2013 com a possibilidade de os municípios ainda se poderem candidatar em determinados eixos e informou que a proposta de deliberação é aprovar a apresentação da candidatura no âmbito do regulamento específico “Equipamentos para coesão local”. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Esclareceu que após uma reunião em Évora para avaliar a hipótese de se fazer alguma candidatura quando a situação não estava muito clara em relação aos montantes e aos projetos, o critério definido inicialmente seria que estas candidaturas seriam para as obras feitas após 2007, que se enquadrassem na coesão local e social, e que assim sendo se pensou em apresentar candidaturas para a antiga escola Primária n.º 1, para a Biblioteca Municipal e para o pavilhão de Alcobertas. Informou que no entanto foi depois esclarecido que, de acordo com o regulamento em vigor, as obras que estivessem totalmente concluída não seriam candidatóveis, razão pela qual apenas se conseguiu candidatar o pavilhão das Alcobertas o que de qualquer forma é bom para o concelho e para a freguesia permitindo a conclusão da obra mais rapidamente. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Nos termos do n.º 5 do artigo 27º do Regimento de Funcionamento da Câmara Municipal, propôs a aprovação em minuta dos assuntos aprovados na presente reunião. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- A presente intervenção foi transcrita na íntegra devido às suas intervenções no que respeita ao conteúdo das atas aprovadas. -----

----- **SENHOR NUNO FERREIRA LUCAS - RIO MAIOR** -----

----- “ Senhora Presidente, Senhores Vereadores, público em geral, o assunto que me traz aqui é o mesmo que me tem trazido nas reuniões anteriores pois tem a ver sempre com a ligação da Avenida Paulo VI com a rotunda da Paz e queria falar neste

assunto sobre duas vertentes, sobre a vertente particular, minha pessoalmente neste assunto, e sobre uma vertente mais abrangente, uma vertente mais pública que o mesmo assunto também transparece. Sobre a minha vertente particular quero referir que enquanto eu não tiver da parte da Câmara uma posição muito clara em que não se diga que as contrapartidas não aconteceram porque eu fui um elemento que não permitiu, ou dificultei, todas as reuniões ou todas as conversações que houve à volta deste assunto, pois enquanto a Câmara não se pronunciar sobre isto limpando um pouco a minha posição eu não deixarei de abordar esta questão aqui em público, entendo e digo aqui em público porque entendo que será um dos lugares, pode não ser o lugar mais próprio para o fazer, mas será um dos lugares que pode ser feito e um dos lugares que no momento é possível que seja feito da minha parte. Da parte da questão pública deste processo, isto traz-me aqui uma série de opiniões e ao mesmo tempo um certo interesse em saber qual é que vai ser o desfecho de tudo isto e à medida que o tempo vai passando vou achando muito estranho os procedimentos públicos que são feitos à volta desta questão. Acho muito estranho que os vereadores no exercício das suas posições deixem morrer isto, os vereadores falam dos assuntos que entendem que devem falar, dos mais abrangentes aos mais particulares, aos mais simples, aos mais complicados e este assunto em onze reuniões que houve deste executivo, onze ou doze reuniões que houve deste executivo, nunca foi abordado, dá a impressão que houve aqui um acordo, um acordo de vereadores, não sei se houve se não houve, mas o que é uma verdade e que é um facto, este assunto neste executivo deixou de ser falado. Não entendo porquê, há aqui vereadores novos, há vereadores que se mantiveram dos executivos anteriores, que fizeram um bom trabalho à volta deste, para estabelecer um bom consenso, fizeram um bom trabalho no executivo anterior, mudou-se de executivo e nunca mais houve uma palavra sobre este assunto. Penso que isto não deve morrer, se for um assunto para ficar morto até nas guerras os mortos são cuidados, se for um assunto para ficar morto deve-se fazer o funeral, deve-se saber o que é que correu mal no meio de tudo isto e as coisas têm que ser clarificadas. E sobre este assunto é o que me apraz dizer e reforço mais uma vez, da parte da Câmara, porque eu agora saio daqui e vou-me sentar ali, o senhor Vereador irá dar resposta àquilo que, irá comentar aquilo que eu disse, eu fico ali a ouvir, ouço e calo, mas tenho que registar, porque não basta ser o último a falar a ficar com a razão. Portanto há uma outra parte que evidentemente tem o direito de se defender e tem o direito de reivindicar também alguma posição.” -----

----- **SENHOR JOÃO NARCISO VERDE DA COSTA – VALE DE ÓBIDOS - RIO MAIOR** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Dirigindo-se ao Vereador João António Lopes Candoso informou que é com alguma mágoa, por parte do União Desportiva de Rio Maior, que não iriam poder participar no pavilhão de exposições das Tasquinhas, no piso superior do pavilhão multiusos que foi cedido para o efeito, por razões de ordem financeira, já que o projeto ambicioso que tinham e que projetava não só o União Desportiva de Rio maior como a vida desportiva do nosso concelho, não é concretizável e que assim sendo será preferível recuar agora e avançar posteriormente numa outra iniciativa. -----

----- Fez depois notar que não se deve esquecer que as Tasquinhas nasceram no âmbito do movimento associativo de raiz popular e embora todos tenham direito a participar, com todo o respeito pelos outros movimentos, disse que outros ocupam espaço em detrimento daqueles que precisam permanentemente desta iniciativa para fazer o seu dia-a-dia. Acrescentou ser importante nunca esquecer este pormenor, tornando a iniciativa cada vez maior e num grande certame mas sem ignorar que foi o associativismo de raiz popular que lançou, com muito sacrifício, esta grande iniciativa.-

----- Questionou acerca da derrocada no Alto da Serra já que percebeu. na última reunião, que a empresa que executou a obra ainda será responsável pela mesma e disse que se assim o é terá que ser resolvido mas se não, em seu entender, os técnicos que deram cobertura à realização daquela obra não fizeram o melhor visto não terem estudado o terreno convenientemente no sentido de provocar a estacaria, acrescentando que obras da mesma natureza e que remontam a 1979 ainda hoje se mantêm e que em sua opinião há que ser mais exigente porque se trata de dinheiro de todos nós. -----

----- Por último pediu publicamente cópia da ata de 28 de fevereiro que foi aprovada na presente reunião. -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Iniciou por dizer que às vezes não é por se falar muito, e em público, que se resolvem os problemas. Disse que interveio em defesa da sua honra já que foram apontados os novos vereadores, que é a sua condição, e informou que no âmbito deste processo foram feitos contactos depois da audiência com o Senhor Nuno Lucas tendo sido recebido pelos serviços, pelo Vereador e pela Presidente de Câmara, e que concluiu que se trata de um dossier complexo, que está a ser trabalhado, que muitas coisas têm vindo a público e que da sua parte não será público antes de haver decisões. Reforçou, novamente, que não é por se falar mais ou menos vezes que se resolve mais ou menos as questões e que o assunto está efetivamente a ser trabalhado. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Disse que, no que respeita a este processo, não se tentam encontrar culpados e sim soluções e que quando não se fala do mesmo nas reuniões é porque estas são reuniões políticas, de decisão e não técnicas. -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Reportou-se ao conteúdo da intervenção e à forma como as coisas foram ditas e que em consciência se considera culpado de algumas das situações. Disse que tem refletido sobre a sua posição e que de facto o interesse público primário, o objetivo final é que de facto exista a avenida, que exista o arruamento. Referiu que a certa altura sensibilizou a Câmara para que a avenida não fosse feita a toda a força, havendo respeito também pelos interesses dos riomaiorenses, pedindo, por duas vezes, que o assunto fosse retirado da ordem de trabalhos da reunião de Câmara para que a expropriação não avançasse e se tentassem encontrar outras soluções. Concluiu que a verdade é que não se encontraram soluções e que nesse sentido, talvez por sua influência, a Câmara tenha parado os procedimentos de expropriação e que assim sendo talvez seja o responsável por não existir já uma avenida feita. Concluiu novamente que possivelmente se se tivesse esmagado o particular, não o respeitando e se os tribunais o tivessem decidido, Rio Maior teria essa avenida e que, nesse sentido, está extremamente empenhado em repor a situação e que se efetivamente não se encontrar outra solução que o assunto volte à reunião de Câmara e que o processo de expropriação avance porque Rio Maior não pode ficar penalizado.-----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Disse que os particulares têm todo o direito à indignação, embora não tenham o direito de ofender terceiros, e que se está a falar do interesse do município, do interesse do concelho, sendo que o tratamento destas questões não se deve fazer num local de decisões mas sim nos bastidores, em reuniões de trabalho com os técnicos, em reuniões de trabalho com os autarcas e eleitos. Referiu que o compromisso que há foi assumido entre a Câmara Municipal de Rio Maior e o grupo Fozmassimo, foi presente e ratificada pela Câmara haver a definição do traçado. Continuou dizendo que o traçado inicialmente aprovado pela Câmara não teve ainda alteração nenhuma, o que não quer dizer que não possa ser alterado por decisão da Câmara, salientando que com isso não quer dizer que tal irá acontecer. Congratulou-se pela intervenção do Vereador Carlos Alberto Nazaré Almeida porque efetivamente se o assunto não está já despachado ele, e todos porque o aceitaram, é o grande responsável, visto o assunto ter sido agendado por duas vezes e a seu pedido foi

retirado. Considerou que não tem havido qualquer descuido por parte do executivo, quer do anterior que deste, para avançar com o processo, ocorrendo reuniões entre o executivo e a Fozmassimo no sentido de se desbloquear a situação. Reforçou que da parte do executivo há toda a boa vontade para que o processo avance e que neste tipo de situação ou se consegue consenso, o que não foi possível, ou terá que se seguir outras vias legais. Informou que está agendada outra reunião com os vereadores da oposição para, politicamente e não tecnicamente, se encontrar uma solução, solução essa que deverá ser aquela que melhor defender os interesses do concelho e do município e não os interesses particulares de cada um. Concluiu dizendo que o processo continua em fase de análise e que os munícipes serão sempre bem-vindos para intervir visto vivermos em democracia. -----

----- Relativamente à derrocada esclareceu que o último projeto que houve foi acompanhado pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil e não pela Câmara e que aquilo que aconteceu agora não foi no mesmo sítio, foi um pouco mais a norte. Informou que mais uma vez a Câmara já abriu concurso, já está adjudicado a uma empresa que vai fazer o novo projeto que depois será submetido ao Laboratório Nacional de Engenharia Civil para verificar se aquela será a melhor opção. Disse ainda ter a certeza que a Estrada D. Maria foi também um projeto feito fora da Câmara, acompanhado pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil e aí entenderam os técnicos que deveriam ser colocadas estacas e custou cerca de cento e vinte milhões. Disse que os primeiros dados da empresa que está a elaborar o estudo apontam para o valor de cento e cinquenta a duzentos mil euros. Reforçou que a Câmara está atenta à situação e empenhada na sua resolução e que o projeto vai custar cerca de dez mil euros mais IVA, salientando que a Câmara municipal de Rio Maior poderá não ter disponibilidade imediata para arrancar rapidamente com a obra. Fez notar ainda que infelizmente esta não é a única situação e que em Alcobertas existe uma situação mais grave assim como outras situações como na Asseiceira. Terminou dizendo que quando se fala nos técnicos que intervêm nos projetos se deve ter algum cuidado com o que se diz porque, no caso específico, o Laboratório Nacional de Engenharia Civil está acima de qualquer suspeita. -----

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- Quando eram onze horas e cinquenta e cinco minutos, a Presidente da Câmara Municipal deu por encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual, e para constar, se lavrou minuta parcial para efeitos imediatos e a presente ata que vai ser apresentada na reunião seguinte para aprovação global, assinada pela Presidente da Câmara e por mim, Maria de Lurdes Martins Violante, Chefe de Divisão da Unidade

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 28 DE MARÇO DE 2014

Administrativa e Recursos Humanos, que a redigi. -----

A PRESIDENTE DA CÂMARA: _____

A CHEFE DE DIVISÃO DA UNIDADE ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS: _____